

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2505146178M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Federal

PF

CARGO:

Agente Administrativo

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

5/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

5/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PF - 2º SIMULADO - AGENTE ADMINISTRATIVO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Lucas Lemos

- 1 O Diário Oficial da União (DOU) traz, nesta segunda-feira 3, o decreto que regulamenta o poder de polícia de agentes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a Funai. A determinação assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumpre algo que está previsto na lei de criação da Funai, em 1967, mas que nunca foi colocado em prática.
- 2 Em março do ano passado, o Supremo determinou que a medida fosse cumprida em até 180 dias. Em outubro, com o fim do prazo, foi pedida prorrogação de 60 dias. O STF, então, determinou que a publicação acontecesse até o fim de janeiro.
- 3 A partir de agora, fica determinado que os agentes da Funai poderão atuar para prevenir e por fim a ações violentas ou ameaças de violações de direitos dos povos indígenas, além de atuar para vetar a ocupação ilegal de terras indígenas.
- 4 Os agentes passam a ter a prerrogativa de interditar ou restringir o acesso de terceiros a terras indígenas – ou determinar a retirada deles quando houver risco para as populações; expedir notificação de medidas cautelares; apreender bens ou lacrar instalações de pessoas envolvidas nas infrações ou até destruir e inutilizar ferramentas e máquinas usadas em invasões.
- 5 “No exercício de suas atribuições, a Funai poderá solicitar aos órgãos de segurança pública, especialmente à Polícia Federal, às Forças Armadas e às forças auxiliares, a cooperação necessária à proteção das comunidades indígenas, da sua integridade física e moral e do seu patrimônio, quando as atividades necessárias a essa proteção forem próprias da competência dos órgãos de segurança pública”, destaca o decreto.
- 6 O texto reforça, ainda, que a entrada de pessoas não indígenas em terras indígenas, exceto em casos previstos em lei, é uma infração, assim como práticas que atentem contra o patrimônio cultural, material e imaterial dos povos indígenas.

Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/justica/governo-publica-decreto-que-da-poder-de-policia-a-funai/>

Considerando os aspectos gramaticais e semânticos, julgue os itens seguintes.

- 1 Depreende-se a partir da leitura do texto que o decreto publicado em 2024 cria um novo poder de polícia para a Funai, algo inédito e sem respaldo em leis anteriores.
- 2 Infere-se que os agentes da Funai poderão solicitar ajuda da Polícia Federal e das Forças Armadas em situações que envolvam crimes eleitorais em terras indígenas.

- 3 A partir da leitura do texto, conclui-se que a entrada de não indígenas em terras indígenas será sempre proibida, independentemente de qualquer lei.
- 4 Afirma-se, no texto, que o decreto reforça a proteção não apenas física e territorial, mas também cultural dos povos indígenas.
- 5 A proteção às terras indígenas dependerá exclusivamente das forças policiais, sendo a Funai apenas um órgão consultivo.
- 6 O texto predominantemente descritivo retrata as características do decreto.
- 7 No terceiro período do segundo parágrafo, a substituição da locução “então” por **portanto** mantém a correção gramatical e o sentido do texto.
- 8 No terceiro parágrafo, a expressão “de terras indígenas” exerce a função de complemento nominal do substantivo abstrato “ocupação”.
- 9 No terceiro período do segundo parágrafo, a forma verbal destacada em “determinou que a publicação **acontecesse** até o fim de janeiro” está no modo subjuntivo e indica a incerteza.
- 10 No quarto parágrafo, a acentuação da palavra “polícia” pode ser justificada com base em duas regras distintas.
- 11 A oração destacada em “O texto reforça, ainda, **que a entrada de pessoas não indígenas em terras indígenas, exceto em casos previstos em lei, é uma infração**” (sexto parágrafo) exerce função sintática de objeto indireto.
- 12 O vocábulo “especialmente” em “especialmente à Polícia Federal, às Forças Armadas e às forças auxiliares” (quinto parágrafo) tem valor circunstancial de modo.
- 13 A preposição “para” em “além de atuar para vetar a ocupação ilegal de terras indígenas” (terceiro parágrafo) pode ser substituída por **afim de** sem qualquer prejuízo para o texto.

1 O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a Selic em 0,50 ponto percentual nesta quarta-feira (7), levando a Selic a 14,75% ao ano. A decisão foi unânime.

2 Este é o maior patamar da taxa básica de juros para a economia brasileira em quase 20 anos. A última vez em que a Selic esteve neste patamar foi em julho de 2006.

3 Esta foi sexta reunião seguida de aperto monetário. Pela primeira vez desde o início da presidência de Gabriel Galípolo no BC, o *forward guidance* da decisão não estava “fechado”.

4 Apesar de haver divergências nas expectativas do mercado, a maior parte dos atores esperavam a alta no patamar definido pela autoridade monetária.

5 O Banco Central justificou a decisão citando alguns fatores: cenário marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho.

6 “Tal cenário prescreve uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período prolongado para assegurar a convergência da inflação à meta”.

7 No comunicado, o BC não confirmou o fim do ciclo de altas devido ao cenário de elevada incerteza, aliado ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, o que “demanda cautela adicional na atuação da política monetária e flexibilidade para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação”.

8 A autarquia também destacou que o ambiente externo mostra-se adverso e particularmente incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente acerca de sua política comercial e de seus efeitos.

9 “A política comercial alimenta incertezas sobre a economia global, notadamente acerca da magnitude da desaceleração econômica e sobre o efeito heterogêneo no cenário inflacionário entre os países, com repercussões relevantes sobre a condução da política monetária”.

10 O comunicado do BC também ressaltou que os riscos inflacionários — para alta ou queda — estão mais elevados que o usual. Os fatores, porém, estão equilibrados.

11 Para riscos de alta da inflação, o Copom destacou a desancoragem das expectativas por período mais prolongado, maior resiliência da inflação de serviços do que o projetado e conjunção de políticas internas e externas.

12 Já para riscos de queda da inflação foram citados a eventual desaceleração da economia de forma mais acentuada que o esperado, perda de fôlego das atividades globais de forma mais pronunciada e redução do preço de commodities.

Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/bc-eleva-selic-a-1475-maior-patamar-em-quase-20-anos/>

De acordo com a leitura do texto, julgue os itens a seguir:

14 Segundo o texto, o aumento da Selic decidido pelo Copom em 0,50 ponto percentual elevou a taxa para 14,75% ao ano, o maior nível em aproximadamente duas décadas.

15 Consta, no texto, que a decisão de elevar a Selic foi dividida entre os membros do Copom, refletindo divergências internas sobre a política monetária.

16 O comunicado não confirmou o fim do ciclo de alta da Selic, mencionando incertezas e impactos acumulados ainda não observados.

17 No oitavo parágrafo “A autarquia também destacou que o ambiente externo mostra-se adverso e particularmente incerto”, a posição do pronome “se” está inadequada quanto às regras gramaticais.

18 O texto tem caráter essencialmente narrativo já que visa a contar ao leitor uma breve história sobre o aumento da Selic.

19 No quarto parágrafo, a eliminação da vírgula após “mercado” manteria a correção gramatical e ideia original do texto.

20 No sétimo parágrafo do texto, a inserção do sinal indicativo de crase no “a” em “que impactem a dinâmica de inflação” mantém a correção gramatical, além de corrigir o texto original.

21 No sétimo parágrafo, a supressão do termo “os” em “para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação” mantém a correção gramatical do texto.

22 A substituição da expressão “em que” por **onde** em “A última vez em que a Selic esteve neste patamar foi em julho de 2006” (segundo período do segundo parágrafo) preserva a correção gramatical do texto.

Considerando os aspectos presentes na 3ª edição do Manual de Redação Oficial da Presidência da República (2018), julgue os itens seguintes.

23 O emprego dos pronomes de tratamento obedece a tradição secular. Para se dirigir a autoridades dos três poderes, como Senadores, Deputados e Juízes, o tratamento a ser usado deve ser Vossa Excelência.

24 O vocativo adequado, em um ofício endereçado a um Senador da República, deve ser Excelentíssimo Senhor Senador.

25 Na redação oficial, deve-se seguir os seguintes atributos: norma culta da língua portuguesa, concisão, coesão, coerência, informalidade, e padronização.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

26 A sentença “Se Ana vai à praia e Lúcia vai ao mercado, então Ana não vai à praia” possui mais de 5 linhas na tabela verdade.

27 Considere que as proposições “Se Ana estudar o bastante, então será aprovada” e “Ana foi reprovada” são ambas verdadeiras, logo a proposição “Ana não estudou o bastante” é verdadeira.

28 A negação da expressão “Marta não é carioca e Luciana é mineira” é “Marta é carioca, mas Luciana não é mineira”.

29 A sentença “Se novos servidores tomarem posse, ocorrerá a diminuição no tempo de atendimento dos cidadãos” possui a seguinte equivalência da negação: “Se não ocorreu a diminuição no tempo de atendimento, logo novos servidores não tomaram posse”.

- 30 A proposição “Ana não é baiana ou Lúcia é goiana” é equivalente a “Se Ana é baiana, então Lúcia é goiana”.
- 31 A negação da proposição categórica “Todo homem é mortal” é “Nenhum homem é mortal”.
- 32 Considere que, em uma repartição pública, estejam presentes 12 servidores e que dois serão escolhidos, de modo que um irá para a comissão Alfa e o outro irá para a comissão Beta. A quantidade de maneiras distintas que essa distribuição poderá ser feita é superior a 130.
- 33 Em uma sala, estão presentes dois homens e três mulheres. Dentre eles, serão escolhidas duas pessoas. A chance de que sejam escolhidas duas mulheres é igual a 30%.

Ética no Serviço Público

Glauber Marinho

A respeito de ética, moral democracia e exercício da cidadania, julgue os itens a seguir.

- 34 Um código de ética no serviço público deve prezar por explicitar os valores assumidos na Administração Pública, nas organizações públicas, definindo-se normas para materializar esses valores.
- 35 Quando se trata de uma entidade ou órgão público, algumas questões devem ser tratadas num código de ética, como a finalidade e as características mais gerais da entidade e as relações internas entre os seus/suas servidores/as e outros/as colaboradores/as, bem como com o público externo.
- 36 No Decreto n. 1.171/1994, não há menção quanto à possibilidade de grave dano moral a usuários/as de serviços públicos caso venham a ser submetidos/as a uma espera demasiada pela prestação de serviços.
- 37 De acordo com o Decreto n. 1.171/1994, é vedado a agentes públicos/as dar prioridade à resolução de situações procrastinatórias.
- 38 Alaídes, servidora pública federal, tem participação em um negócio comercial no qual há exploração de trabalho análogo à escravidão. Nesse cenário, a servidora pode vir a ser responsabilizada nos termos do Decreto n. 1.171/1994.
- 39 Considerando o comportamento de Alaídes, após devido processo legal e conclusão por parte da devida Comissão de Ética da necessidade de responsabilização da servidora, a pena a ser aplicada a ela, pela comissão disciplinar, é a de censura.
- 40 A formalização dos direitos políticos contribuiu com uma ampliação na participação da escolha de representantes. Entretanto, no Brasil, isso não implica um processo de participação consciente.

Noções de Informática

Leonardo Vasconcelos

Considerando o uso de sistemas operacionais Windows e Microsoft Office, julgue os próximos itens.

- 41 No Windows 11, é possível acessar o Gerenciador de Tarefas diretamente por meio do atalho “Ctrl + Shift + Esc” e, na aba “Desempenho”, visualizar em tempo real os consumos de CPU, memória, disco e rede.
- 42 No Word 365, ao clicar em “Compartilhamento”, após “Compartilhar”, selecionou-se o “OneDrive”. Ao colocar o e-mail do destinatário, selecionar a opção “Pode exibir” e clicar em enviar, o destinatário receberá um link que permite somente visualizar o documento, sem possibilidade de edição, download ou alteração das configurações de compartilhamento.
- 43 No Excel 365, ao selecionar as células de A1 até A10 e aplicar uma regra de formatação condicional usando a fórmula $=A1 > MÉDIA(\$A\$1:\$A\$10)$, todas as células de A1 a A10 cujo valor exceda a média do intervalo serão automaticamente destacadas com o estilo definido, mesmo se novos valores forem inseridos no intervalo após a criação da regra.
- 44 No Microsoft PowerPoint 365, ao modificar o slide mestre (por meio de Exibir > Slide Mestre), as alterações feitas — tais como inserção de logotipo, ajustes de fonte e aplicação de tema — são automaticamente refletidas em todos os slides subsequentes que utilizem qualquer dos layouts associados, sem a necessidade de re-aplicar manualmente o layout em cada slide.

No que se refere a redes de computadores e segurança da informação, julgue os itens subsecutivos.

- 45 O wiki, amplamente usado para colaboração em redes de computadores, é um protocolo de roteamento que determina caminhos dinâmicos entre roteadores, operando tipicamente sobre o UDP.
- 46 A lista de discussão é um tipo de lista de e-mail em que qualquer assinante pode enviar uma mensagem ao endereço da lista, fazendo com que essa mensagem seja automaticamente encaminhada a todos os demais assinantes cadastrados, permitindo a troca colaborativa de informações.
- 47 No Mozilla Firefox, para sincronizar favoritos, histórico, senhas e abas abertas com outros dispositivos, basta que o usuário faça login na mesma conta Mozilla e ative o recurso Sync, dispensando qualquer configuração adicional de servidores ou complementos externos.
- 48 O certificado digital A3 armazenado em token permite que o usuário exporte livremente a chave privada para múltiplos dispositivos, garantindo cópias de segurança sem comprometer a segurança do certificado.
- 49 O Trojan Horse é um tipo de malware que se autorreplica automaticamente em outros arquivos do sistema, sem depender da ação do usuário para executar seu código malicioso.
- 50 O captcha é um teste de desafio-resposta integrado a formulários web que solicita ao usuário identificar caracteres distorcidos ou selecionar imagens específicas para diferenciar humanos de bots, funcionando como uma barreira automatizada a registros e acessos maliciosos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Noções de Direito Constitucional**

Ricardo Blanco

- 51** No art. 33, ao dispor que “A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios”, tem-se uma norma de eficácia limitada de conteúdo programático.
- 52** A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- 53** A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
- 54** Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- 55** Compete privativamente à União legislar sobre juntas comerciais.
- 56** As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.
- 57** São constitucionais as leis dos Estados, Distrito Federal e Municípios que, no procedimento licitatório, antecipam a fase da apresentação das propostas à da habilitação dos licitantes, em razão da competência dos demais entes federativos de legislar sobre procedimento administrativo.
- 58** A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.
- 59** A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- 60** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Noções de Direito Administrativo

Maria Júlia

- 61** Em ações de indenização por danos decorrentes de operação policial com morte de civil, se a perícia técnica concluir que não é possível identificar a origem dos disparos, deve ser presumida a culpa exclusiva da vítima, afastando-se a responsabilidade do Estado.
- 62** As autarquias são criadas por autorização legal e, por esse motivo, possuem personalidade jurídica de direito privado, mesmo que exerçam atividades típicas de Estado.
- 63** As sociedades de economia mista federais foram contempladas com o foro processual da Justiça Federal.
- 64** Carlos, servidor público federal, foi exonerado por não ter sido aprovado no estágio probatório. Um mês depois, a administração reconheceu que houve erro no processo avaliativo e anulou o ato de exoneração. Nessa hipótese, Carlos deverá ser reintegrado, com ressarcimento de todas as vantagens.
- 65** Os atos administrativos presumem-se legítimos e verdadeiros, de modo que seus efeitos podem ser imediatamente produzidos, cabendo ao administrado provar sua eventual ilegalidade ou falsidade fática.
- 66** João, servidor da Secretaria Estadual de Saúde, identificou irregularidades em um contrato celebrado com uma ONG. Sem provocação de superior ou denúncia formal, decidiu anular o ato por vício de legalidade. Nesse caso, João exerceu o controle interno com base no poder de autotutela da Administração.
- 67** A proibição do nepotismo decorre diretamente da moralidade e da impessoalidade administrativa, configurando prática de corrupção, ainda que sem envolvimento financeiro direto.
- 68** Situação hipotética: um agente público é punido com multa administrativa de R\$ 10.000,00 com base em norma vigente à época. Posteriormente, nova lei reduz o valor máximo da penalidade para R\$ 5.000,00, sem dispor sobre sua aplicação retroativa. Nesse caso, a penalidade aplicada deve ser mantida, pois a nova norma mais benéfica não retroage automaticamente no âmbito do Direito Administrativo Sancionador.
- 69** Ato normativo que determina, de maneira genérica e sem motivação específica, que todos os processos administrativos da Polícia Federal sejam sigilosos é nulo por violar o princípio da publicidade.
- 70** A Guarda Municipal do Município Alfa, por força de lei municipal, passou a exercer atividades de fiscalização de trânsito, aplicando multas e lavrando autos de infração com base no Código de Trânsito Brasileiro. Nessa situação, a atuação da Guarda Municipal é constitucional, desde que haja autorização legal e observância dos limites legais do poder de polícia de trânsito.

- 71** Um banco de dados contendo registros biométricos de funcionários, mantido por empresa de segurança privada, é considerado, nos termos da LGPD, um banco de dados com dados pessoais sensíveis.
- 72** O servidor João, responsável por decidir um processo administrativo de seleção pública, baseou sua decisão em fundamentos expostos em parecer técnico anterior, do qual declarou expressamente sua concordância. A conduta é válida, pois a motivação do ato pode se limitar à remissão expressa aos fundamentos de outro documento constante dos autos.
- 73** Na modalidade de diálogo competitivo, a fase de diálogo pode ocorrer até que a Administração identifique, por decisão fundamentada, uma ou mais soluções que atendam às suas necessidades. Concluído o diálogo, abre-se nova fase competitiva, com prazo mínimo de 25 dias úteis para apresentação das propostas finais.
- 74** A administração pública direta estadual promoveu a contratação direta de um imóvel para funcionamento de uma secretaria regional, alegando que a localização privilegiada era suficiente para dispensar qualquer avaliação do bem. Nesse contexto, a contratação foi regular, considerando a singularidade do imóvel.
- 75** Embora empresas públicas e sociedades de economia mista, em regra, estejam excluídas do regime da Lei n. 14.133/2021, elas poderão ser a ela submetidas nas hipóteses previstas no art. 178 da referida norma.

Noções de Governança Pública

Bruno Eduardo

Uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Gestão implementa um programa de fortalecimento da governança institucional, com ações de mudança cultural, reestruturação organizacional e melhoria dos resultados. Considerando a situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 76** A cultura organizacional atua como fator de coesão interna e pode influenciar a efetividade dos mecanismos de governança, inclusive na resistência ou adesão às mudanças propostas.
- 77** A governança pública, conforme diretrizes da OCDE e do TCU, deve apoiar-se exclusivamente em mecanismos formais de controle, como regulamentos e auditorias, desestimulando estruturas de participação social.
- 78** A utilização da estrutura organizacional matricial pode facilitar a entrega de resultados por meio de projetos interdisciplinares, mas tende a gerar conflitos de autoridade devido à dupla subordinação.

Um instituto de pesquisa vinculado à administração pública federal está elaborando seu novo planejamento estratégico e implantando projetos de inovação voltados à excelência nos serviços prestados à população. Considerando a situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 79** A técnica da análise SWOT, ao identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, permite alinhar o ambiente interno e externo da organização ao processo de definição estratégica.

- 80** A abordagem do Design Thinking nas políticas públicas valoriza o ciclo linear e hierárquico de desenvolvimento de soluções, o que o torna incompatível com métodos de prototipagem e testes iterativos.
- 81** A gestão de projetos orientada ao setor público requer integração entre escopo, tempo, custo, qualidade e riscos, respeitando as diretrizes da administração pública e promovendo a entrega de valor público.
- 82** A busca pela excelência na prestação de serviços públicos exige apenas o cumprimento das metas estabelecidas em lei, sendo desnecessária a incorporação de critérios de percepção dos usuários.

Um consórcio público intermunicipal busca melhorar a comunicação organizacional, instituir um código de ética e incorporar critérios de sustentabilidade pública em suas práticas de governança. Considerando a situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 83** A comunicação na gestão pública, quando praticada de forma estratégica, fortalece a legitimidade institucional e contribui para o engajamento de servidores e cidadãos na concretização de políticas públicas.
- 84** A ética na administração pública está diretamente relacionada à moral individual dos agentes públicos, não se vinculando a normas institucionais nem a mecanismos de controle interno.
- 85** A sustentabilidade pública exige ações integradas nas dimensões econômica, social e ambiental, devendo considerar também aspectos de governança, como transparência, equidade intergeracional e uso responsável dos recursos.

Noções de Gestão de Pessoas

Bruno Eduardo

Uma empresa estatal de infraestrutura, ao revisar seu Plano Diretor de Negócios e Gestão, pretende migrar do modelo tradicional de Administração de Pessoal para uma Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) apoiada em indicadores de desempenho e competências essenciais. Considerando a situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 86** A implantação de GEP requer que a área de RH passe a influenciar a formulação estratégica corporativa, superando o papel predominantemente operacional típico da Administração de Pessoal.
- 87** Na transição para GEP, é recomendado que o Balanced Scorecard de Capital Humano utilize exclusivamente indicadores de eficiência (ex.: tempo de admissão), pois métricas de eficácia estratégica (ex.: geração de valor) carecem de objetividade.
- 88** Ao adotar People Analytics para sustentar a tomada de decisão, a organização deve, necessariamente, eliminar métodos qualitativos, como entrevistas e grupos focais, devido à baixa validade estatística desses instrumentos.
- 89** A consolidação de um framework de competências essenciais exige vincular os planos de treinamento e desenvolvimento às lacunas de competências identificadas, bem como às metas estratégicas definidas pela alta administração.

Para enfrentar alta rotatividade de especialistas, um órgão regulador federal modernizou seus processos de recrutamento e seleção, implantou avaliação de desempenho por resultados e revisou políticas de motivação. Considerando a situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 90** A adoção de provas situacionais (*situational judgment tests*) no concurso público amplia a validade preditiva da seleção, pois avalia comportamentos alinhados às competências críticas do cargo regulador.
- 91** No modelo Management by Objectives (MBO) adaptado à administração pública, a meta individual só pode ser considerada atingida se o indicador institucional associado ultrapassar 100 % da meta contratual, reforçando o princípio da hierarquia.
- 92** Consoante a teoria ERG de Alderfer, a frustração em relação às necessidades de crescimento pode aumentar o foco do servidor em requisitos de existência e relacionamento, influenciando negativamente a permanência no órgão.

Um laboratório de pesquisa governamental criou equipes autogerenciadas multidisciplinares, implantou programa de mediação de conflitos e lançou política de qualidade de vida no trabalho (QVT) com foco em saúde mental. Considerando a situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 93** Em equipes autogerenciadas, o comprometimento afetivo possui maior correlação com o desempenho grupal que o comprometimento calculativo, pois reflete vínculo emocional positivo dos membros com a equipe.
- 94** O uso de mediação como primeira instância de gestão de conflitos intragrupais caracteriza-se como estratégia de prevenção primária, pois atua antes que os conflitos se manifestem no ambiente de trabalho.
- 95** Programas estruturados de qualidade de vida no trabalho que incluem intervenções de ergonomia, apoio psicossocial e flexibilização de jornada têm evidência empírica de associação a menores taxas de adoecimento ocupacional.

Noções de Gestão de Contratos

Gustavo Scatolino

Com base na Lei n. 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 96** A Administração poderá estabelecer vigência por prazo indeterminado nos ajustes em que seja usuária de serviço público prestado em regime de monopólio, desde que haja comprovação da existência de créditos orçamentários vinculados a cada exercício financeiro.
- 97** Ajustes firmados para serviços contínuos poderão ser prorrogados indefinidamente, desde que a autoridade competente comprove a vantagem econômica e haja previsão legal.
- 98** É possível a exigência de prestação de garantia para a execução de serviços, sendo facultado ao contratado escolher a modalidade entre caução, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

- 99** A Administração poderá alterar unilateralmente o ajuste quando houver necessidade de adequação técnica do objeto, ou modificação de valor decorrente de alteração quantitativa dentro dos limites legais.
- 100** É possível a extinção de ajuste por culpa da Administração, hipótese em que o contratado terá direito à devolução da garantia e ao pagamento do custo de desmobilização.
- 101** O contratado poderá pleitear a extinção do ajuste nos casos em que houver atraso superior a dois meses no pagamento de parcelas devidas pela Administração, contado da emissão da nota fiscal.
- 102** É permitida a extinção unilateral do ajuste pela Administração mesmo quando o descumprimento contratual decorrer de sua própria conduta.

Recursos Materiais

Bruno Eduardo

Um hospital público decidiu aperfeiçoar a classificação de materiais e a gestão de estoques para insumos médico-hospitalares, adotando novas técnicas de armazenagem. Considerando a situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 103** Na classificação ABC, materiais enquadrados como “A” podem, excepcionalmente, ter baixa criticidade clínica, visto que o critério de priorização é o valor monetário anual de consumo, não a importância terapêutica.
- 104** A adoção do critério PEPS (FIFO) para armazenagem de medicamentos termossensíveis diminui o risco de perdas por validade vencida, mas exige monitoramento contínuo das condições de temperatura e umidade.
- 105** A implantação de um estoque de reserva operacional (estoque de segurança) com base no desvio-padrão da demanda diária é dispensável quando o lead time do fornecedor é fixo e historicamente cumprido.

Uma universidade federal implementou projeto de inventário físico-contábil de bens permanentes e revisão dos procedimentos de entrada, conferência e baixa patrimonial. Considerando a situação, julgue os itens seguintes.

- 106** A conferência quantitativa e qualitativa na entrada de bens deve preceder o tombamento, pois o registro patrimonial gera responsabilidade legal para o servidor recebedor.
- 107** Conforme a Instrução Normativa n. 205/1988, o inventário anual de bens permanentes não pode ser substituído por contagem cíclica, ainda que o órgão possua sistema eletrônico de rastreabilidade que cubra 100 % dos bens.
- 108** A baixa de bens considerados irrecuperáveis por obsolescência tecnológica deve ser precedida de laudo técnico e avaliação de valor residual.

- 109** Na curva XYZ de variabilidade da demanda, os itens da classe Z apresentam consumo errático, por isso, requerem estoques de segurança proporcionais aos riscos, quando comparados com os itens X ou Y.

Legislação Aplicada à Polícia Federal

Rafael de Oliveira

- 110** A inspeção técnica, prevista como parte do serviço de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, é realizada por profissional desarmado e tem como finalidade a verificação, o registro e a comunicação do evento à central de monitoramento.
- 111** É obrigatória a apresentação de projeto de segurança à autoridade local competente sempre que uma empresa de segurança privada for contratada para atuar em eventos que, por sua magnitude e complexidade, demandem planejamento específico.
- 112** As empresas de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança privada podem prestar serviços de segurança patrimonial, desde que possuam autorização da Polícia Federal.
- 113** Uma escola de formação de profissionais de segurança deve possuir capital social mínimo integralizado de R\$ 292.000,00 para obter autorização de funcionamento.
- 114** Um condomínio edilício que possua serviço orgânico de segurança privada poderá prestar serviços de vigilância a outros condomínios, desde que atenda aos requisitos de segurança exigidos pela Polícia Federal.
- 115** A pessoa física ou jurídica que exerça atividade sujeita a controle e fiscalização deve comunicar ao Departamento de Polícia Federal qualquer suspeita de desvio de produto químico no prazo de até quarenta e oito horas.
- 116** O descumprimento das normas da Lei n. 10.357/2001 pode ensejar a aplicação cumulativa de medidas como advertência formal, multa e até suspensão da licença de funcionamento, independentemente da responsabilização penal do infrator.
- 117** São isentos do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos apenas os órgãos da administração pública federal, excluindo-se os estaduais e municipais.
- 118** Comete o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido aquele que mantiver sob sua guarda uma arma não regularizada dentro de sua residência, sendo irrelevante se o local é de sua titularidade.
- 119** Comete o crime de omissão de cautela o diretor de empresa de segurança privada que, ao tomar conhecimento de furto de munição sob sua guarda, deixa de registrar a ocorrência policial e de comunicar o fato à Polícia Federal nas primeiras 24 horas.
- 120** A mera posse de munição de uso permitido, sem autorização legal, configura o crime de porte ilegal de arma de fogo, ainda que não esteja acompanhada da arma de fogo correspondente.

Discursiva

Lucas Lemos

RECORTES DO EDITAL

9.1 A prova discursiva valerá 20,00 pontos e consistirá em redação de texto dissertativo, de até 30 linhas, a respeito de temas relacionados a conhecimentos específicos (para os cargos de superior) e a atualidades (para o cargo de nível médio).

9.7.5 A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 20,00 pontos;
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, morfosintaxe e propriedade vocabular;
- c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido no subitem 9.1 deste edital;
- d) será calculada, então, para cada candidato, a nota final na prova discursiva (NFPD), por meio da fórmula $NFPD = NC - (4 \times NE \div TL)$, em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato;
- e) será atribuída nota zero ao texto que obtiver **NFPD < 0,00 ponto**;
- f) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA):

1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: sobre segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.

TEXTO MOTIVADOR

Em diferentes estados brasileiros, o uso de câmeras corporais por policiais tem sido implementado como medida de transparência, controle da atuação policial e proteção tanto da sociedade quanto dos próprios agentes. As câmeras registram abordagens, patrulhamentos e operações, permitindo maior rastreabilidade das ações e contribuindo para a apuração de eventuais abusos, bem como para a defesa de policiais acusados injustamente.

Estudos apontam que a presença das câmeras pode reduzir o uso excessivo da força e aumentar a confiança da população nas instituições de segurança. Contudo, o debate permanece acirrado: críticos da medida alegam que o uso contínuo de câmeras pode interferir na autonomia operacional do policial, gerar riscos à estratégia de ação e exigir altos investimentos em armazenamento e gestão de dados.

TEMA: O USO DE CÂMERAS CORPORAIS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: AVANÇOS, LIMITES E IMPLICAÇÕES PARA A ATUAÇÃO POLICIAL NO BRASIL

A partir da leitura do texto motivador e com base em seus conhecimentos sobre segurança pública e cidadania, redija um texto dissertativo-argumentativo discutindo:

- 1) As possíveis contribuições do uso de câmeras corporais para o aprimoramento da segurança pública no Brasil;
- 2) As limitações e os desafios relacionados à implementação dessa tecnologia nas forças policiais.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva